

De Pio IX a Antonio Secioso Moreira de Sá: o caso do Zuavo da Liberdade (1872-1873)

João Vitor de Armas Teixeira

Universidade Federal de Pelotas
Pelotas - Rio Grande do Sul - Brasil
joaoarmas1998@gmail.com

Resumo: Este trabalho se propõe a abordar as matrizes do pensamento católico ultramontano, isto é, a corrente mais sintonizada às posições papais. A partir disso, problematizar os autores de maior influência sobre o periódico *O Apóstolo*, para compreender o conteúdo de sua orientação editorial em um contexto de crise da Igreja Católica. Ademais, visa analisar a repercussão da obra *Zuavo da Liberdade* (1872) de Antonio Secioso Moreira de Sá (1833-1910) na imprensa do período. A partir disso, é possível identificar a ampla disputa em que estavam envolvidos os diversos grupos nas décadas finais do Império brasileiro. Bem como a reação conservadora católica às doutrinas do século XIX, herdeiras da Revolução Francesa de 1789.

Palavras-chave: Brasil Império. Igreja Católica. Ultramontanismo.

Introdução

O presente artigo é um esforço de compreender a transmissão e circulação de ideias por meio do impresso (DARNTON, 1995). Para isso, será analisado um aspecto fundamental concernente ao pensamento conservador de viés católico no Brasil no século XIX: as matrizes do ultramontanismo católico. Tal perspectiva será a base para a compreensão do “caso” do *Zuavo da Liberdade*. Portanto, é de suma importância compreender parte do contexto histórico do Brasil e do mundo no espaço de tempo analisado (1872-1873), assim como esclarecer os aspectos metodológicos e as fontes analisadas. Este texto faz parte de um projeto maior que visa o estudo do anticomunismo católico no país no final dos oitocentos.

A baliza temporal parte da publicação do livro de Antonio Secioso Moreira de Sá (1833-1910): *O Zuavo da Liberdade*¹, pela Tipografia de *O Apóstolo* em 1872, no Rio de Janeiro e encerra-se com a análise de sua repercussão durante o período seguinte. Os anos de 1872 e 1873 possuem um pano de fundo complexo e interessante, pois a referida conjuntura marcou o início da eclosão da chamada Questão Religiosa, também chamada

¹ Trata-se de uma obra extremamente rara e de difícil acesso que, infelizmente, ainda não foi possível ter contato. Sabe-se que existe um exemplar no Gabinete Real de Leitura na cidade do Rio de Janeiro.

de Questão dos Bispos: trata-se da cisão entre a Coroa e a Igreja e foi uma das principais crises do Segundo Império. Episódios semelhantes ocorreram na América Latina, na Europa e em basicamente todos os países nos quais o catolicismo era hegemônico, pois o Vaticano preconizava uma centralização na figura doutrinária e política do Papa que se chocava com as perspectivas de soberania nacional dos Estados constituídos ou em processo de constituição².

Não obstante a indisposição entre o trono e o clero, o Brasil presenciava o surgimento do movimento republicano, abolicionista e, em 1871, a promulgação da Lei do Ventre Livre. Concomitantemente, surgiu a Geração de 1870 imbuída pelo “cientificismo, positivismo, liberalismo, spencerianismo, darwinismo social” (ALONSO, 2000, p. 35) que questionava fortemente a Igreja Católica e o *status quo* Imperial. É possível interpretar como um momento de inflexão que demarcou uma profunda disputa entre projetos de modernidade³. “Havia um sentimento de inadequação moral, de atraso, que vai se expressar no insistente apelo por reformas” (MELLO, 2008, p. 17). Diante da avaliação de que não seria possível a via reformista, a República passou a ser entendida como o meio e o objetivo para a modernização da sociedade (MELLO, 2008).

Algumas questões de caráter internacional também merecem atenção, pois incidiram diretamente em solo brasileiro e, mais detidamente, na posição dos conservadores católicos brasileiros. A primeira delas é o processo que vai de julho de 1870 até maio de 1871, ou seja, da Guerra Franco-Prussiana até a Comuna de Paris. É possível considerar esses eventos como paradigmáticos, pois a França, entre 1852 e 1870 viveu sob o regime do bonapartismo. Napoleão III (1808-1873) assentou seu poder sobre as Forças Armadas, a burocracia estatal e a Igreja Católica⁴. O país era uma referência para o Brasil do ponto de vista intelectual, cultural e político. Por conseguinte, sua derrota para a Prússia significou a queda de uma monarquia católica para um reino majoritariamente protestante. Ademais, a guerra permitiu o nascimento de uma

² A reconstrução da França pós-Guerra Franco-Prussiana e a unificação Italiana são exemplos desse fenômeno.

³ A modernidade será entendida como o conjunto de mudanças derivadas da Revolução Industrial e da Revolução Francesa de 1789. Isto é, as transformações econômicas que promoveram novas contradições sociais e o desenvolvimento tecnológico e as consequências políticas, como as correntes derivadas do iluminismo. Portanto, trata-se de compreendê-la enquanto um fenômeno geral que possui particularidades como a modernização e as ideias de progresso em contraste aos defensores do Antigo Regime (KOSELLECK, 2006, 2014; LE GOFF, 1990; PASQUINO, 1998; SILVA, 2009).

⁴ Segundo Lissagaray (1991), Napoleão III adotou os preceitos ultramontanos como forma de selar o acordo político com a Igreja.

República e a eclosão da primeira revolução dos trabalhadores da história: a Comuna de Paris.

Os 72 dias em que os *comunados* assaltaram os céus (MARX, 2011), foram um marco do desenvolvimento teórico, prático e político da classe operária, pois não seria possível sem a ação da I Internacional (AIT) fundada em 1864. Tal fato corrobora a interpretação de que a AIT foi uma ferramenta “inequivocamente revolucionária” (SAMIS, 2011, p. 145). A Comuna de Paris constituiu-se na materialização de todas as correntes, ideias, doutrinas e utopias revolucionárias do século XIX, ela prenunciou um mundo novo e, principalmente: propôs uma República ateuista. No Brasil, houve ampla repercussão, principalmente na imprensa católica, que associou a revolução em Paris com o ápice do maligno e como uma consequência absolutamente lógica do abandono por parte da sociedade dos valores religiosos (TEIXEIRA, 2021).

Metodologicamente este trabalho baseia-se na história por meio da imprensa, pois as principais fontes serão os jornais⁵ *O Apóstolo*: Periódico religioso, moral e doutrinário, consagrado aos interesses da religião e da sociedade (RJ), *A República*: Órgão do Club Republicano e o *Semana Illustrada*. Mediante a ferramenta de busca disponível na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional foram estabelecidos alguns conceitos-chave como parâmetro de análise e comparação (ZICMAN, 1985): os nomes dos autores, títulos dos livros e títulos das seções dos jornais. A partir disso, procedeu-se a uma análise de conteúdo (BARDIN, 2011) de modo a contextualizar e problematizar as ocorrências⁶, tanto no periódico católico quanto nos demais consultados. Urge salientar que além de fonte, os periódicos também são objeto, e serão abordados aspectos relacionados ao público-alvo, financiamento, interesses editoriais (LAPUENTE, 2015), além das “funções sociais desses impressos” (LUCA, 2008, p. 132).

Jornais não são repositórios da verdade, mas estão inseridos em conflitos e visam intervir na realidade que os cerca, desse modo é de suma importância proceder de forma a desnudar tais fatores. O próprio contexto da imprensa no século XIX evidencia seu “caráter doutrinário, a defesa apaixonada de ideias e a intervenção do espaço público” (LUCA, 2008, p. 13). Nesse contexto analisado era “bem estruturada, com periodicidade diária ou semanal, com independência financeira” (DOLHNIKOFF, 2017, p. 85) e configurava-se como o espaço público de debate de ideias e participação na vida social do

⁵ Consultados na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

⁶ Este trabalho se valerá de dados quantitativos, contudo, a análise será majoritariamente qualitativa. Os números de ocorrências serão apenas um parâmetro de comparação.

Império. Portanto, o cruzamento das fontes com a historiografia torna-se fundamental, evidentemente, quando não for possível, as ressalvas acima destacadas serão sempre levadas em consideração na presente análise.

Este artigo está dividido em duas partes além de sua conclusão. Primeiramente, serão abordadas as matrizes do pensamento católico ultramontano a partir da segunda metade do século XIX, contextualizada com a ascensão da tendência ao episcopado brasileiro. Por conseguinte, os trabalhos de Ramiro Junior (2016) e Silva e Carvalho (2018) serão fundamentais, pois nortearão a abordagem dos principais autores e correntes de pensamento que reverberaram no periódico católico. Posteriormente, será tratado o “caso” do *Zuavo da Liberdade*, aspectos relacionados ao autor, a publicação de sua obra, a publicidade e a repercussão do escrito na imprensa do período. Finalmente, serão abordados aspectos fundamentais tratados ao longo do texto e suas hipóteses, além de sintetizar o raciocínio e a argumentação aqui desenvolvidas.

“Ser católico é ser ultramontano”: matrizes do pensamento de *O Apóstolo*

O Apóstolo: periódico religioso, moral e doutrinário, consagrado aos interesses da religião e da sociedade foi uma folha católica, sediada na cidade do Rio de Janeiro que circulou entre os anos de 1866 e 1893. Foi impresso pela tipografia Nicolau Lobo Vianna e Filhos (1866-1893) na rua da Ajuda, número 79. Posteriormente, a partir de 1867 passou a contar com tipografia própria, a Tipografia do Apóstolo, primeiramente sediada na Ladeira do Seminário, número 6 A e, a partir de 1870, na rua do Ouvidor, números 16 e 18. Foi semanário até o ano de 1871, entre 1874 e 1876 tornou-se diário e, a partir do ano de 1877, passou a ser publicado às quartas, sextas e domingos e teve circulação nacional durante todo esse período. Pinheiro (2009, p. 3) defende a hipótese de que a gazeta foi fundada por padres ou, “quase certamente padres”, pois isso é “mera suposição”, afinal uma das características da folha ultramontana era o anonimato⁷ de seus contribuintes, fato que impede a apreciação da fonte, tal qual adverte Luca (2008) sobre a necessidade de ter conhecimento dos colaboradores e membros do grupo editorial para que o historiador possa estabelecer uma relação desses com grupos políticos, econômicos e de interesse no geral.

⁷ Pinheiro (2009), citando Lustosa (1983), estabelece uma lista de contribuintes nas páginas de *O Apóstolo* nos primeiros anos de circulação, entretanto, não é possível identificá-los na fonte citada. Esse processo de anonimato se intensifica durante a primeira metade da década de 1870 por conta do enfrentamento dos católicos contra o Império.

Silva e Carvalho (2018) afirmam que o principal meio de financiamento de *O Apóstolo* eram seus assinantes, fato que compõe característica da imprensa do período. É possível identificar que, a partir do ano de 1872, o jornal ultramontano passou a inserir uma seção dedicada a anúncios, geralmente na última página⁸ das suas edições, onde constava a venda de livros e o oferecimento de serviços de impressão. Portanto, é seguro dizer que suas assinaturas e a venda de livros eram as fontes que mantinham o jornal de pé.

Elucidadas as “condições de produção” (BARDIN, 2011, p. 44) da fonte, é preciso expor a função social desse impresso, o “público que deseja atingir” (LUCA, 2008, p. 132-140) e as suas próprias ideias, sua posição social, política, ideológica (ZICMAN, 1985). Portanto, como o jornal posicionou-se e qual o seu lugar no “jogo de interesses” (LAPUENTE, 2015, s.p.). Primeiramente, é preciso esclarecer o que se entende por ultramontano⁹ no contexto do século XIX,

se caracterizou por uma série de atitudes da Igreja Católica, num movimento de reação a algumas correntes teológicas e eclesiais, ao regalismo dos Estados católicos, às novas tendências políticas desenvolvidas após a Revolução Francesa e à secularização da sociedade moderna. Pode-se resumilo nos seguintes pontos: o fortalecimento da autoridade pontifícia sobre as igrejas locais; a reafirmação da escolástica; o restabelecimento da Companhia de Jesus (1814); a definição dos “perigos” que assolavam a Igreja (galicanismo, jansenismo, regalismo, todos os tipos de liberalismo, protestantismo, maçonaria, deísmo, racionalismo, socialismo, casamento civil, liberdade de imprensa e outras mais), culminando na condenação destes por meio da Encíclica *Quanta Cura* e do “Silabo dos Erros”, anexo à mesma, publicados em 1864 (SANTIROCCHI, 2010, p. 24).

Logo, pode-se afirmar que a orientação doutrinária da gazeta católica expressa em seu conteúdo editorial, converteu-o em “um dos maiores porta-vozes da política de romanização¹⁰ e do pensamento ultramontano no Brasil” (LIMEIRA, 2011, p. 14).

⁸ *O Apóstolo*, segundo Limeira (2011, p. 14), “tinha cerca de 4 a 6 páginas por exemplar, sendo que a numeração dos mesmos se dava contínua por muitas edições seguidas”, entretanto, foi possível identificar edições de até 8 páginas. É seguro inferir, até o momento da pesquisa, que não havia um critério muito bem estabelecido de numeração das páginas, as primeiras edições de cada ano contavam como primeira página e, por vezes, seguiam por muitas edições, em outros períodos, sobretudo após a consolidação do modelo de quatro páginas, sua paginação dava-se de 1 a 4.

⁹ Etimologicamente o termo é oriundo do latim e significa “além dos montes” e remete ao período medieval, denominação para os Papas que não eram italianos. Posteriormente, já no século XVII, o termo foi empregado para denominar os defensores do papa em detrimento das autoridades reais e os Concílios. E, no século XVIII, na Alemanha, passou a designar os defensores da Igreja Católica nos conflitos contra o Estado (SANTIROCCHI, 2010, p. 24).

¹⁰ Santirocchi (2010) considera o termo como pejorativo, não é objeto do presente estudo uma discussão historiográfica e conceitual sobre a romanização. Todavia, estará compreendido aqui como o esforço tanto de católicos ultramontanos nacionais, como da Santa Sé pela centralização doutrinária na figura papal, isto é, romana.

Pinheiro (2009) considera *O Apóstolo* o mais importante dos periódicos católicos, segundo Silva e Carvalho (2018, p. 13) “nenhum [jornal] expressou de forma mais fiel o conservadorismo católico ultramontano da segunda metade do século XIX”. Urge compreender de que maneira essa tendência tornou-se hegemônica no Brasil e as matrizes de seu pensamento.

Nesse sentido, é relevante contextualizar a ascensão da tendência ultramontana ao episcopado brasileiro nos anos 1840. Ela ocorreu como reação e tentativa de conter revoltas e para afastar os clérigos do envolvimento político. O Brasil não ficou alheio aos ecos da Revolução Francesa e as tendências políticas que dela derivaram, ao contrário, desde o final do século XVIII o país presenciou diversas revoltas imbuídas do pensamento liberal. Não obstante, foi de grande relevo o envolvimento de padres nesses movimentos rebeldes, Santirocchi (2011) compreende que há uma verdadeira tradição de religiosos revoltosos. A Inconfidência Mineira (1789-1792), a Revolução Pernambucana (1817) e a Revolução Liberal de 1842 são exemplos históricos desse fenômeno que o Império buscou refrear valendo-se da corrente mais conservadora do catolicismo: os ultramontanos. A Coroa possuía o poder de nomear cargos eclesiásticos e o clero era incorporado ao Estado como uma espécie de funcionalismo público que prestava serviços. Portanto, era de suma importância manter a igreja como um elemento de legitimação do regime e não de contestação. Logo, o Imperador optou por um bispado de origem ultramontana em detrimento das tendências de caráter liberal e republicano (SANTIROCCHI, 2015).

Bandeira (2017) situa em 1839 a penetração de ideias de caráter socialista no Brasil com a publicação, no Rio de Janeiro, de um jornal chamado *O Socialista*. Evidentemente, tratava-se de correntes socialistas utópicas, características desse primeiro momento do desenvolvimento industrial na Europa. Não obstante, na década de 40 dos oitocentos, em Pernambuco, segundo Mollier (2016), a presença de franceses, agitou um comércio livreiro de literatura saint-simoniana e fourierista. Louis Léger Vauthier (1815-1901) é um grande exemplo disso. O engenheiro que viveu no Brasil ajudou a fundar a revista *O Progresso* lançada por Antônio Pedro de Figueiredo, “o grande divulgador e pregador das ideias generosas dos socialistas franceses anteriores a 1848” (MORAES, REIS FILHO, 2003, p. 17-19) e que influenciou na Revolução Praieira de 1848. Ademais, o cenário também foi marcado por tentativas de experiências de socialistas utópicos neste lado do Atlântico, como o Falanstério do Saí (1841-1844), próximo à cidade de São Francisco do Sul na atual Santa Catarina.

Fica evidente, mediante o exposto, que os ultramontanos ascenderam aos principais postos eclesiásticos em uma conjuntura de necessidade de consolidação das instituições imperiais. Não apenas revoltas, mas ideias de diversas matrizes penetravam o país e isso provocou reações dos setores mais conservadores da sociedade brasileira. Havia a concepção de que o Brasil fazia, não apenas geograficamente, parte do Ocidente e, portanto, estava sujeito às mesmas contradições. Nesse sentido, a preocupação católica com as revoluções e com o socialismo, ou, com a modernidade, não surgiram no vazio, basearam-se em sua própria experiência histórica.

Na data de 4 de setembro de 1870, nas páginas de *O Apóstolo*, em matéria assinada por A. P., era possível ler que: “a história altamente apregoa que a verdadeira liberdade, a verdadeira fraternidade, o verdadeiro progresso entre os homens são devidos ao catolicismo” (A. P., 1870, n. 37, p. 293). Pode-se perceber, a partir dessas afirmações, a reverberação do posicionamento católico de rechaço às ideias decorrentes do Iluminismo e da Revolução Francesa. Essa postura de anátema da modernidade foi sistematizada em 1864, pelo papa Pio IX (1792-1878) na Encíclica *Quanta Cura* e, no anexo encíclico, *Syllabus*. Nesses textos, o Santo Padre promoveu a condenação de todos os ideais não católicos e a concentração das questões doutrinárias em sua figura. A partir do Concílio Vaticano I (1869-1878), a centralização doutrinária papal ficou consolidada com a declaração da infalibilidade. Isto é, os ultramontanos foram vitoriosos eclesiasticamente (SANTIROCCHI, 2011) e consolidaram suas posições em Roma. Entretanto, o catolicismo ainda permanecia em crise, sobretudo com as correntes renovadoras internas e a questão das igrejas nacionais. Na matéria supracitada, o periódico promoveu a denúncia do domínio maçônico sobre a imprensa e das ideias kantianas e voltaireanas que circulavam na faculdade de Direito de São Paulo.

“Civilização! Progresso! Igualdade! Fraternidade! Liberdade! Filantropia! Eis as belas palavras com que são iludidos quotidianamente milhares de leitores das gazetas que se persuadem serem essas coisas inventadas pelo racionalismo” (A. P., 1870, n. 37, p. 293).

Mas haviam coisas terríveis por trás do racionalismo: “socialismo, comunismo, ateísmo, regalismo servil” (A. P., 1870, n. 37, p. 293).

O final do ano 1870 e a metade do ano de 1871 é um período que pode ser considerado paradigmático, pois abarca a Guerra Franco-Prussiana (1870-1871) e a conseqüente queda do Segundo Império francês de Napoleão III e os 72 dias da Comuna de Paris. Esses eventos provocaram um recrudescimento da luta ultramontana contra as

correntes laicas de pensamento e os ataques à maçonaria¹¹ e, conseqüentemente, a ampliação da ocorrência dos termos “socialismo, comunismo e anarquismo” nas páginas do periódico católico. No dia 25 de junho de 1871 é possível ler uma longa e sistemática matéria sobre o casamento civil, isto é, que “é a morte da família cristã” e considera a Comuna a síntese “de todas as teorias ímpias e desastrosas para a humanidade”. Tais “doutrinas perversas são a mais legítima consequência dos livros de Renan e Proudhon”, figuras “que negaram a divindade de Jesus e proclamaram um roubo o direito de propriedade” (O APÓSTOLO, 1871, n. 26, p. 202).

Adiante, o periódico exorta aos “homens que nos governam” que “calem no espírito do povo contra os republicanos”, “porque são eles os pais legítimos dos socialistas, dos comunistas, autores das desgraças que pesam sobre a humanidade”, por fim menciona a atuação da franco-maçonaria na Comuna e afirma ser esta “a prova incontestável da intervenção da maçonaria contra as instituições que regem os povos e da justa condenação que sobre ela fulminou o chefe supremo da Igreja Católica” (O APÓSTOLO, 1871, n. 26, p. 202). A 2 de julho de 1871, *O Apóstolo*, versando sobre um ato do Seminário de Mariana em homenagem a Pio IX, denunciou a presença em frente à Capela de “figuras simbólicas da maçonaria, comunismo, racionalismo e outros monstros deste gênero” (O APÓSTOLO, 1871, n. 27, p. 213).

Neste intuito de produzir historiografia por meio da imprensa, é fundamental compreender que no Brasil vigorava o regime do regalismo¹². Na acepção de Santirocchi (2011, p. 188), os religiosos eram vistos como “funcionários públicos” pelo Império. Ademais, os serviços prestados pela Igreja à coroa, que envolviam “controle de nascimentos, batismos, casamentos, óbitos, enterros, eleições, entre outros” (LIMEIRA, 2011, p. 8), garantiam seu prestígio social e uma profunda inserção na vida civil. Erguer-se contra o casamento civil significava, por um lado, defender sua posição e, por outro, a nível doutrinário, opor-se à laicidade do Estado e a defesa da sacralidade do matrimônio. Por conseguinte, a condenação das ideias de Joseph Ernest Renan (1823-1892),

¹¹ O Papa Pio IX havia condenado a maçonaria e as sociedades secretas e ordenado a expulsão dos maçons dos cargos eclesiásticos. Dom Vital (1844-1878), 20º Bispo de Olinda cumpriu a decisão papal, Dom Pedro II interveio ordenando a prisão de Vital e outros bispos ultramontanos. O episódio configurou-se em uma crise política, religiosa e diplomática, evidenciando uma profunda contradição entre os envolvidos, os ultramontanos defenderam a Igreja contra o Estado, ampliando seu rechaço à maçonaria e aos seus inimigos doutrinários e ideológicos.

¹² O regalismo consiste na submissão da Igreja ao controle estatal, oriunda da reforma pombalina e da época colonial, na relação entre a coroa e a Igreja Católica lusa. Durante o processo de independência e consolidação territorial e política do Brasil, o modelo foi “herdado” e, em alguns aspectos radicalizado (SANTIROCCHI, 2015).

explicam-se por conta da publicação de um livro de grande circulação na Europa: a obra *Reforma Intelectual e Moral* (1871), que propunha a restauração do Antigo Regime, porém, idealizava o autor, livre tanto da Igreja quanto do socialismo e do liberalismo. Pois, na acepção dos ultramontanos, baseados no Concílio Vaticano I, o catolicismo expressava o “modelo de sociedade perfeita”, a “única fonte ‘segura’ de ‘civilidade’ para as sociedades” (RIBAS, 2011, p. 96) e romper com seus princípios significava ameaçar a ordem social. Seguindo a mesma lógica, a fundamentação doutrinária de repúdio às ideias de Pierre-Joseph Proudhon¹³ (1809-1865) estava presente na *Quanta Cura* de Pio IX, onde condenava “o erro fatal do comunismo e do socialismo” e o crescimento de sua influência nos setores jovens da sociedade. De mesmo modo, o apoio da franco-maçonomia à Comuna de Paris e o papel da Internacional no conflito¹⁴, explica os temores de *O Apóstolo*, que em 15 de outubro de 1871, publicou um requerimento assinado por Raphael José da Costa Junior e o Padre Luiz Alves dos Santos, que dizia: “a liberdade e preponderância do Pontífice Romano é a garantia indispensável para a liberdade e civilização dos Estados ameaçados atualmente pelo socialismo, comunismo e os incendiários da internacional” (COSTA JUNIOR; SANTOS, 1871, n. 42, p. 336).

Elucidada a conjuntura histórica na qual os ultramontanos e *O Apóstolo* situavam-se e nas disputas que havia no período, é preciso traçar um panorama da matriz ideológica dos ultramontanos no Brasil. Já foi possível inferir que a *Quanta Cura* e a *Syllabus*¹⁵ configuram-se como os principais referenciais doutrinários; contudo, há uma sólida base de literatura leiga que fundamenta a visão de mundo ultramontana. Ramiro Junior (2016) coloca Joseph de Maistre¹⁶ (1753-1821), Visconde de Bonald (1754-1840), Donoso Cortés (1809-1853) e Jaime Balmes (1810-1848) como influências do ultramontanismo brasileiro. Silva e Carvalho (2018, p. 22-32) elencam, como referências do periódico católico, autores do “tradicionalismo católico francês”, “tratam-se de uma referência constante (...) especialmente, os escritos de Félicité de Lamennais¹⁷, de Bonald,

¹³ O anarquista francês é mencionado 92 vezes nas páginas de *O Apóstolo*, é o autor radical mais mencionado pelo periódico que demonstrava ter conhecimento de suas obras e suas concepções.

¹⁴ Esse papel “foi mais potencial que real, e por isso tanto mais temida” (COGGIOLA, 2001, p. 104), pois a seção francesa da AIT era majoritariamente proudhoniana, blanquista e jacobina. Nesse sentido, a Internacional foi um polo aglutinador que articulou elementos endógenos franceses e os potencializou durante a crise que levou à Comuna.

¹⁵ A *Syllabus* possui 460 ocorrências na ferramenta de pesquisa da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

¹⁶ Maistre possui 103 ocorrências no periódico católico, segundo o mecanismo de pesquisa da Hemeroteca Nacional.

¹⁷ Lamennais (1782-1854) é tratado como “o infeliz Lamennais” por Dom Antônio de Macedo Costa (1830-1891) em 13 de julho de 1873, na primeira página de *O Apóstolo* em matéria assinada e intitulada

e de Joseph de Maistre”, sendo esse último, o mais citado. Este trabalho também considera Jean-Joseph Gaume¹⁸ (1802-1870), autor do livro *Catecismo do Syllabus* (1867) publicado na íntegra pelo *O Apóstolo*, além de diversos textos publicados em diversas publicações ao longo de todo o período de circulação do jornal.

Interessa, portanto, para este estudo, os autores mais frequentes nas páginas da referida gazeta, além, evidentemente, de trabalhos que versam sobre os respectivos pensamentos e influências em solo brasileiro. Nesse sentido, serão apreciados os autores Maistre e Gaume.

Gileno e Medeiros (2021), consideram Joseph de Maistre o principal expoente do ultramontanismo, e, segundo os autores, a obra *Du Pape* (1819) define, de maneira essencial, os fundamentos do ultramontanismo. Seu pensamento estava marcado pela ojeriza à modernidade, isto é, o processo de aceleração histórica que transformou todas as esferas da vida social a partir da dupla revolução: a industrial inglesa e a política francesa (HOBSBAWM, 2020). A partir disso, houve uma profunda transfiguração na dinâmica política que opôs as forças do progresso (partidárias do aceleração) e os conservadores (partidários do retardamento) (KOSELLECK, 2006). Maistre foi, sobretudo, um defensor do retardamento histórico, um inimigo da modernidade e suas transformações sociais e políticas, pois ficava evidente para o autor a profundidade das mudanças estruturais características da modernidade (KOSELLECK, 2014). Inobstante, essa concepção do autor está ligada à um tensionamento iniciado em 1789 e que perdurou no tempo, isto é, “o aspecto católico do conflito antigo/moderno transformou-se na confrontação da Igreja conservadora com a sociedade ocidental da revolução industrial” (LE GOFF, 1990, p. 174).

Maistre adotou uma postura contrarrevolucionária e antimoderna, seu esforço intelectual foi destinado ao combate ao galicanismo francês¹⁹ e para a defesa da centralidade doutrinal e política na figura do papa. Compreendia que esse seria um ponto de equilíbrio e mediação dos conflitos internos e externos das monarquias europeias. Gileno e Medeiros (2021) ressaltam que a obra referida não possuiu grande repercussão

“Instrução Pastoral Sobre a Maçonaria”. Não se trata de um autor incontestado e também nem tão frequente. Quantitativamente, as ocorrências consultadas pelo mecanismo de busca da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional indicam: Lamennais/ Lammennais (sic) / Lammenais (sic), 23 ocorrências; de Bonald 44; Maistre 103.

¹⁸ O autor, pesquisado na ferramenta de busca da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, possuiu impressionantes 253 ocorrências, sob a palavra-chave “Monsieur Gaume”.

¹⁹ Corrente que propunha a independência administrativa da Igreja Católica em solo francês. Semelhante ao regalismo brasileiro.

nos círculos intelectuais no contexto publicado, sua popularização deu-se através da figura Louis Veillot (1813-1883)²⁰.

Saes (2008, p. 6-7) refere-se ao pensamento maistreano como fascinante, que exerce tal fascínio “até mesmo sobre seus detratores”.

Esse poder de atração deve-se, em grande parte, à inabalável convicção com a qual o autor sustenta suas crenças e ao racionalismo quase paradoxal com que constrói suas observações. Paradoxal, porque Maistre colocava-se em radical oposição às concepções racionalistas de seu tempo (SAES, 2008, p. 6-7).

Paradoxal também a forma como Motta (2001) refere-se ao pensamento de Maistre, que também o insere na categoria de contrarrevolucionário. Segundo o autor, Maistre vivenciou a Revolução Francesa e, além disso, foi vítima dela, tornando-se um “apaixonado e implacável crítico da revolução, devotando sua inteligência e sua eloquência literária a combater o que considerava um evento maligno” (MOTTA, 2001, p. 132).

A partir do exposto, é possível afirmar que o pensamento de Joseph de Maistre possui, como aspectos centrais: a) o rechaço à Revolução Francesa²¹ e as correntes de pensamento e movimentos que dela derivaram; b) a concepção de que a Igreja representava o modelo ideal de sociedade e o Papa deveria ser a figura que “governa, julga e ensina” (GILENO; MEDEIROS, 2021, p. 794). É de suma importância ressaltar que esses dois aspectos não dão conta de explicar a totalidade do pensamento maistreano, porém, para o presente estudo, optou-se por salientar as facetas que mais implicaram no ultramontanismo, sobretudo o brasileiro. Portanto, é preciso salientar que foi um autor que desenvolveu uma visão teológica de reação contra a Revolução e aquilo que ela representava. Nesse sentido, fundamentou (e antecipou) a perspectiva da Restauração Monárquica e a noção de que a Igreja Católica e o Papa eram figuras supranacionais, que a religião deveria ser a base de toda a ordem social. Ademais, desenvolveu uma interpretação da História baseado na imutabilidade, a experiência histórica pauta a verdade e não é possível edificar um futuro diferente do passado. Logo, a tentativa dos revolucionários de romperem com a tradição levariam a sociedade ao seu colapso.

Jean-Joseph Gaume (1802-1879) foi outro autor muito repercutido por Veillot. Há pouca informação sobre o autor, entretanto, causa espanto a sua frequência no

²⁰ Publicista, escritor e jornalista francês, um grande defensor e divulgador das doutrinas e autores ultramontanos.

²¹ Influenciado por Edmund Burke (1729-1797) e sua obra Reflexões sobre a revolução na França (1790), Maistre escreveu o livro Considerações sobre a França (1796), “onde desenvolvia doutrina religiosa crítica dos atos revolucionários” (GILENO; MEDEIROS, 2021, p. 792-793).

periódico *O Apóstolo*, pois pode-se ler uma grande quantidade de artigos, longos textos e, inclusive, livros inteiros publicados. É possível deduzir, levando em consideração as características do periódico e as disputas nas quais estava inserido, que Gaume traduz em seus escritos as posições ultramontanas de forma tal que seus editores entenderam ser necessária sua publicação. Seus textos aparecem nas folhas do periódico por várias edições seguidas. Por conta dos limites deste estudo, serão analisados brevemente dois textos: o *Credo ou Refúgio dos cristãos nos tempos atuais*²² presente em *O Apóstolo* em 7 de fevereiro de 1869 e o *Catecismo do Syllabus*²³ (1878). A escolha dos textos justifica-se pelo fato de que o primeiro escrito se trata da primeira ocorrência do autor nas páginas do jornal, o segundo, por ser uma obra dedicada ao anexo encíclico *Syllabus*, ambos livros publicados pela referida gazeta.

Monsenhor Gaume destaca-se pela maneira didática²⁴ na qual constrói sua argumentação, no escrito *Credo ou Refúgio...*, o autor explica as motivações do escrito e diz-nos que “numerosos como os átomos do ar, funestos como os miasmas dos pântanos pestíferos, erros de todo o gênero circulam pela Europa moderna”, “Racionalismo, Panteísmo, Materialismo, Ateísmo, Naturalismo, Cesarismo, Sensualismo, Positivismo, Socialismo, Solidarismo, Espiritismo” (GAUME, 1869, p. 43). Todas essas “doutrinas envenenadas” circulam pelo continente pelos jornais, panfletos, livros, gravuras e até canções, segundo Gaume, é tão generalizada a disseminação dessas ideias que não há distinção social, do rico ao pobre, todos estão expostos às ideias perniciosas dos erros modernos.

“Fora do catolicismo, o homem atual já não se conhece a si mesmo” (GAUME, 1869, p. 43), a religião católica é a pedra angular da sociedade, da ordem, da civilização. Negando a divindade, não é possível “conservar-se no firme caminho do justo e do verdadeiro; nem amar, nem orar, nem padecer, nem morrer” (GAUME, 1869, p. 43). Negar a religião é negar a si mesmo, a sociedade, a civilidade, indo muito além, para Gaume, é negar a propriedade, a família, “a distinção essencial do bem e do mal; nega o presente; nega o futuro”. Seu pensamento remonta aos escritos de Pio IX, no sentido de

²² A obra, publicada originalmente no ano de 1867, mereceu ser impressa nas páginas do periódico entre as edições de número 6 de 7 de fevereiro de 1869 até a edição de número 16, de 18 de abril de 1869. Eram publicados entre 3 a 4 capítulos, entre 2 a 4 páginas, sempre na seção *Comunicados*. Segundo consta, foi traduzido por D. João Esberard (1843-1897), o primeiro arcebispo do Rio de Janeiro e defensor dos preceitos ultramontanos.

²³ Foi publicado de maneira irregular entre 22 de novembro de 1876 e 10 de janeiro de 1877, não foi possível localizar a publicação dos capítulos XXII e XXIII, nem a identificação da autoria da tradução.

²⁴ A obra analisada possui capítulos curtos, divididos em vários subcapítulos que não excedem quatro parágrafos, sua escrita é direta e simples.

que a religião é o cerne da essência humana, do equilíbrio social e, principalmente, a fonte da ordem social. Ao longo da obra elenca os inimigos da Igreja, sobretudo judeus e pagãos, defende a destruição do judaísmo e do paganismo, além de refletir sobre a imprensa, os hereges, os caluniadores, os filósofos e do potencial defensivo, mas também ofensivo do Cristianismo. Faz uma alusão de seu refúgio a um escudo e do credo a um “revólver, um canhão raiado. Arma defensiva, transforma-se em arma ofensiva de um poder e de uma precisão inexcedíveis” (GAUME, 1869, p. 116). É uma analogia demasiado bélica, que dá a noção exata do teor de combate à modernidade que norteava as concepções católicas e ultramontanas.

O *Catecismo do Syllabus* (1876), como apresenta o periódico *O Apóstolo*, diz-nos que é uma das obras mais populares de Gaume, “esta obrinha²⁵ foi escrita para a instrução do povo, que ignorando os ensinamentos da Igreja acerca das verdades católicas, se deixa imbuir dos falsos preconceitos e sofismas dos ímpios” (O APÓSTOLO, 1876, n. 131 p. 3). Foi possível ter acesso a um exemplar do livro, que possui apenas sessenta páginas, divididas em 27 capítulos, onde o autor utiliza a estratégia argumentativa de apresentar perguntas e respostas sucessivamente. Na apresentação do exemplar, há a recomendação do estudo da obra para fiéis “tanto nas escolas como no lugar doméstico” (VICENTE in GAUME, 1878, s.p.). É prudente pensar que se trata de uma espécie de texto conveniente para ser publicado em um jornal doutrinário, mesmo que no ano de 1876 o periódico já possuísse sua tipografia e livraria consolidadas.

Do ponto de vista do conteúdo da obra, é possível afirmar que se trata de um manual para o fiel católico, o qual deve obedecer ao *Syllabus* de “espírito, de coração e de conduta” (GAUME, 1878, p. 4). A partir disso, aborda variados aspectos tanto da modernidade, como o liberalismo, o comunismo, o socialismo, a moral e o casamento, valendo-se do anexo encíclico para fundamentar uma *práxis* católica ultramontana. Fica evidente que, para Gaume e para o ultramontanismo, os “erros” permeavam a sociedade desde os aspectos políticos aos matrimoniais. O autor traduziu os temores ultramontanos que presenciavam um verdadeiro colapso da sociedade. Para isso, era premente reagir, e para tanto, era necessário seguir política e espiritualmente a figura do Papa, pois a Igreja Católica era o modelo de sociedade a ser seguido. A modernidade era o erro, o mal, o ímpio. Monsenhor Gaume transpõe didaticamente as concepções de Maistre e Pio IX e,

²⁵ O título original em francês é *Petit catéchisme du Syllabus*, “Pequeno catecismo do Syllabus” em tradução livre.

provavelmente por isso, é um dos autores mais influentes para o pensamento ultramontano dos editores de *O Apóstolo*.

Contra a “má doutrina”: o caso *Zuavo da Liberdade*

O periódico *Semana Illustrada*²⁶, do Rio de Janeiro, em 6 de outubro de 1872, dizia: “fala-se muito em comunismo, e o Dr. Secioso é um dos que mais tem falado nele” (DR SEMANA, 1872, n. 617, p. 4930). O Dr. Antonio Secioso Moreira de Sá (1833-1910), fazia parte da redação do jornal católico ultramontano *O Apóstolo*. De fato, pode-se inferir que Secioso, que era médico, foi um contribuinte bastante ativo do periódico e, de maneira incomum, assinava suas matérias e dedicou uma obra ao estudo do comunismo. Serão abordados, longe de esgotar a repercussão da obra do autor na imprensa do período, sua reverberação nas páginas do *Semana Illustrada*, *A República* e no próprio periódico ultramontano *O Apóstolo*.

Consta, em sua produção intelectual, diversos comunicados e textos que se estendiam por mais de uma edição. Destacou-se como um dos principais nomes do periódico dentro do recorte temporal deste trabalho. É possível identificar que seu nome é constantemente mencionado por outros redatores do jornal. Foi um intransigente ultramontano, incorporando de maneira pronunciada as reverberações teológicas, doutrinárias e intelectuais do *Syllabus* e dos autores ultramontanos europeus. Como é possível observar em um de seus textos, Missão na cidade de Campos, de 22 de novembro de 1868, onde separa a “boa e a má semente” (SECIOSO, 1868, n. 47, p. 372) e reivindica a tradição católica, a liderança de Pio IX contra todas as outras correntes de pensamento. E conclui dizendo que “a crise é extrema e decisiva: ou a vida ou a morte, ou *missão católica* ou *barbaria*” (SECIOSO, 1868, n. 47, p. 374). Sintetiza, portanto, a autocompreensão²⁷ ultramontana brasileira.

²⁶ O *Semana Illustrada* “singularizou-se por fazer jus ao termo ilustrada e pelo predomínio da comicidade” seus responsáveis “esforçavam-se por assumir a postura de rigorosos observadores, na confortável situação de quem assiste e reprova rindo” (PEREIRA, 2014). Segundo Lopes (2017), a linha editorial do periódico possuía orientação monarquista e circulou entre 1860 e 1876 e “angariou um número respeitável de colaboradores como os escritores Machado de Assis e Bernardo Guimarães” (LOPES, 2017, p. 31). Pode-se inferir que o jornal se posicionava de maneira satírica, porém defensora do Imperador, portanto, neste contexto, contrário às posições ultramontanas.

²⁷ Sobre a categoria de “autocompreensão”, entende-se aqui como a visão-de-si que clérigos e fiéis (ou membros de qualquer outra coletividade) possuem. Segundo Pinheiro (2009), é conceito frequente dos historiadores da Igreja e, nesse sentido, para este trabalho, a autocompreensão católica “era de que a Igreja Católica no Brasil estava visceralmente ligada à Sé Romana, mas que caminharia ao lado do trono. Essa concepção de vínculo com a Monarquia irá enfraquecer-se na década de 1870 com a Questão

Secioso ainda publicou livros como *Filosofia Católica: memória oferecida ao episcopado brasileiro*, anunciado em 31 de outubro de 1869 nas páginas de *O Apóstolo*. A obra não ganhou grande destaque dentre as obras oferecidas pela tipografia no jornal, também não é possível consultar maiores informações a respeito do escrito, visto que não reverberou em outras importantes folhas do período. Em 13 de março de 1870, no periódico católico, há a publicação de *A Sombra de Luthero, refutação da pastoral do padre Luthero*, livro também de publicidade discreta, sem repercutir em outros jornais nem causar debates.

Contudo, no dia 29 de setembro de 1872, em *O Apóstolo*, a seção *Anúncios* é inteiramente dedicada à sua nova publicação. Por meio de seu anúncio é possível acessar o título, o subtítulo e o sumário da obra, o que permite compreender o teor de seu conteúdo e, a partir da exposição das influências intelectuais da linha editorial do jornal e de sua tipografia, levantar algumas hipóteses sobre o livro. *O Zuavo da Liberdade: Grito do Zuavo: Alto lá! Camaradas. Ou bem papistas; ou então comunistas*. Abaixo, o “Plano da Obra”:

- Livro I. - O Campo Comunista.
 Cap. I. - O princípio Comunista é uno e trino.
 Cap. II. - Dos primeiros opositos Comunistas,
 Cap. III. - Dos segundos opositos Comunistas.
 Cap. IV. - História do Comunismo, § I. - Origem do Comunismo.
 Cap. V. - Continuação da história do Comunismo, § II. - Começo do Comunismo na Sociedade Cristã. - Primeira Fase: - O livre exame, ou racionalismo.
 Cap. VI. - Continuação da História do Comunismo, § III. - Segunda fase: - O Regalismo.
 Cap. VII. - Continuação da história do Comunismo. § IV. - Terceira fase: - As sociedades secretas. - A Carbonária. - A Maçonaria.
 Cap. VIII. - Continuação da história do Comunismo. § V. - Quarta fase: - A revolução, - A República, - Segunda fase da revolução. - O Império Cesariano.
 Cap. IX. - Continuação da história do Comunismo, § VI. - Quinta fase: A Política. - Filosofia política, - Constituição política. - Do parlamentarismo, - Da Diplomacia. - Do Poder religioso segundo a política.
 Cap. X. - Atualidade do Comunismo, § VII - Sexta fase: - A Internacional ou o Cosmopolitismo. - Recapitulação. - Os afortunados e os aspirantes à fortuna. - Os capitalistas e os operários. - Aspirações da Internacional. - Meios terríveis à disposição da Internacional
 Livro II. - O Campo Papista.
 Cap. I. - O princípio papista é uno e trino.
 Cap. II. - Da sociedade primitiva de Deus com o homem.
 Cap. III. - Quebra do pacto social primitivo em razão da desobediência de Adão e Eva,
 Cap. IV. - Juízo. - Confissão. - Escravidão. - Redenção.
 Cap. V. - História do Papismo. - História dos Ateus. - História dos Ímpios. - História dos Deístas. - História dos místicos.
 Cap. VI. - Ramos do Papismo.

Religiosa” (PINHEIRO, 2009, p. 9). Portanto, é preciso salientar que este trabalho trata de um período em que a autocompreensão católica está no início de sua crise.

Cap. VII. - História do Papismo antes de Jesus Cristo, § I. - O Ramo Patriarcal.
 Cap. VIII. - Continuação da História do Papismo antes de Jesus Cristo, § II. - O Ramo Hebreu ou Real.
 Cap. IX. - História do Papismo depois de Jesus Cristo, § III - O Ramo Católico ou Pontifical. - Constituição da Igreja Católica. - Do Papa. - Do corpo da Igreja.
 Cap. X. - Continuação da História do Papismo depois de Jesus Cristo, § IV. - História da Igreja.
 Cap. XI. - Continuação da História do Papismo depois de Jesus Cristo, § V. - Continuação da História da Igreja - Primeira época. - Combate do Mundo contra a Fé. - O Crime e a Justiça.
 Cap. XII. - Continuação da História do Papismo depois de Jesus Cristo, § VI. - Continuação da História da Igreja, - Segunda época. - Combate do Diabo contra a Esperança. - O Erro e a Verdade.
 Cap. XIII. - Continuação da História do Papismo depois de Jesus Cristo, § VII. - Continuação da História da Igreja. - Terceira época. - Ação da Igreja sobre o Mundo. - Geração, educação e instrução da Sociedade Cristã pela Igreja. - Realeza divina da Igreja sobre a Sociedade Cristã. - As Cruzadas. - O Cordão. - O Cajado.
 Cap. XIV. - Continuação da História do Papismo depois de Jesus Cristo, § VIII - Continuação da História da Igreja. - Combate da Carne contra a Caridade. - O Vício e a Virtude. - Introdução. - Infecção racionalista. - Primeiro assalto. - O ódio e o amor ou o espírito satânico e o Espírito Santo. - Segundo assalto. - A Mentira e a Verdade ou a Razão Filosófica e a Razão Católica. - Terceiro assalto. - A Rebelião e a Autoridade.
 Cap. XV. - A Atualidade do (ilegível) - Precônio à Imaculada Virgem Maria. - *Syllabus*. - O dogma da Infalibilidade do Papa. - A Espada da Igreja.
 Cap. XVI. - Futuro do Papismo, § X. - Sexta época. - Paz universal. - Fundamentos das esperanças dos Papistas. - Perfeição e glória da paz universal predita e esperada antes do aparecimento do Anticristo.
 Cap. XVII. - Fim da missão do Papismo sobre a terra, § XI. - Sétima e última época. - Aparecimento do Anticristo. - Conflagração do Mundo. - Vinda gloriosa de Jesus Cristo. - Ressurreição e Juízo Universal.
 EPÍLOGO.
 Último aviso do zuavo da Liberdade.
 Esta obra, precedida da competente aprovação episcopal, forma um volume de 300 páginas in 8º francês, nitidamente impresso, e acha-se à venda desde hoje na tipografia do Apóstolo, rua Nova do Ouvidor, n. 16 e 18, na Livraria Luso-Brasileira, rua da Quitanda n. 39 e em casa do Sr. Antonio José de Mello, rua da Quitanda n. 49.
 Preço 2\$000, brochado (O APÓSTOLO, 1872, n. 39, p. 4).

Evidentemente que analisar um sumário é uma tarefa extremamente restritiva, mas é possível inferir, a partir das matrizes do pensamento, uma espécie de consciência histórica. Le Goff (1990, p. 190-191) considera que “o moderno tende, acima de tudo, a se negar e destruir” e, “à beira do abismo do presente, volta-se para o passado”. Essa concepção antimoderna ultramontana impõe o intelectual a refugiar-se na História e, mais do que isso, em uma concepção histórica que pode ser encontrada em Maistre. Sua visão baseia-se na análise “de fatos extraídos da história e da observação do comportamento humano”, ela é vista como uma “política experimental” (SAES, 2011, p. 8). Ele entendia que cada povo possuía uma natureza política que foi estabelecida por uma ordem divina e, portanto, a única legítima. Não apenas o Brasil, mas os países católicos eram vistos como naturalmente monárquicos e católicos, essas seriam as bases

sociais que jamais poderiam ser afligidas e o comunismo ameaçava toda a sociedade. Mas não apenas esses preceitos, Pio IX certamente está no panteão de referências de Secioso, e o papa ficou notabilizado pelo seu enfrentamento à modernidade e suas tendências. Assim, contraditoriamente, os autores conservadores também disputavam a modernidade e faziam uma luta pelo porvir, isto é, a cruzada por um futuro católico e ultramontano. A sociedade seria papista ou comunista, pois o desvio da religião católica levaria a sociedade ao “caos relacional promovido pela modernização dos costumes” (RIBAS, 2011, p. 96).

É importante mencionar que, como se verá adiante, a obra repercutiu na imprensa do período, o periódico católico, em 20 de outubro de 1872, dedicou um artigo em defesa de seu autor, pois, segundo os ultramontanos, “a imprensa dos homens do progresso não achou bom o trabalho do Sr. Dr. Secioso”. Dentre eles, o autor anônimo do texto cita o *Jornal do Comércio* e o “escritor do *Altos e Baixos*” (O APÓSTOLO, 1872, n. 42, p. 1). No entanto, compreender a repercussão na *Semana Ilustrada* é fundamental, pois será a partir do tom jocoso que o periódico aborda a obra e o autor que irá reverberar em outros jornais. Dito de outra forma, Secioso será frequentemente referido como o *Zuavo da Liberdade*.

A 6 de outubro de 1872, na seção *Badaladas* do Dr. Semana, ele diz: “a liberdade agora tem um zuavo, que é o livro de um ilustrado escritor, o Sr. Antonio Secioso, cujos sentimentos são sinceros, mas cujas ideias me parecem (...) de rabicho e calção” (DR SEMANA, 1872, n. 617, p. 4930). Creio ser frutífero discutir o significado de Zuavo: Santos (2018), por exemplo, menciona que o termo era associado às tropas francesas que combatiam em territórios árabes, sobretudo na Argélia. No Brasil, ocorreu o fenômeno de tropas de voluntários que lutaram na Guerra do Paraguai (1864-1870), serem chamados de zuavos. O caso mais notório foram os “zuavos baianos”, que receberam a alcunha em virtude da semelhança do uniforme desses com os franceses. Entretanto, é prudente afirmar que outra interpretação parece mais adequada: Zuavo, como diz-nos Sarlin (2017, p. 191), “para os propagandistas católicos (...) um nome retirado de 1861 – foi a encarnação da devoção de fé para a Soberania Pontifícia e a sua defesa com heroísmo e abnegação idealista para a grande batalha”²⁸. Em seu texto, o autor questiona se os zuavos foram “mercenários ou soldados da fé”²⁹ (SARLIN, 2017, p. 189). Não nos

²⁸ “For the catholic propagandists, the Zouaves – the name they took from 1861– were the incarnation of the devotion of the faithful to the Sovereign Pontiff and defended with heroism and idealistic self-denial a great struggle” (SARLIN, 2017, p. 191).

²⁹ “Mercenaries or soldiers of the faith?” (SARLIN, 2017, p. 189).

interessa responder essa questão, mas compreender que: “durante os séculos de sua existência a Igreja nunca havia sido posta sob conflito tanto como no século XIX” (KLAUCK, 2011, p. 133). Desse modo, para uma parte do catolicismo, havia a concepção de uma grande guerra, na qual deveriam postar-se como soldados ou, no caso, zuavos.

É evidente que o aspecto mais problemático, ao menos para o Dr. Semana, refere-se à liberdade. Pois, “a liberdade do livro é *sui generis*”, “parece esta liberdade do *zuavo* com a que gozam alguns escravos, declarados livres a prazo, de 15, 20 e até 28 anos” (DR SEMANA, 1872, n. 617, p. 4930). Entretanto, adverte,

minto: é pior a liberdade do zuavo. O zuavo nem marca prazo: quer que enquanto o mundo for mundo, isto é, até a chegada do Anticristo, voltem os homens às doçuras do antigo regime, não por amor dos reis, que S. S. acha culpados nos erros atuais, mas por amor de uma organização política universal cujo chefe seria o papa (DR SEMANA, 1872, n. 617, p. 4930).

Dessas palavras é possível ressaltar dois fatores: primeiramente, o processo de transformação da base econômica que se anunciou com a promulgação da Lei do Ventre Livre em 1871 e que foi considerado como uma vitória do governo (RAMIRO JUNIOR, 2016, p. 79); segundo fator, a concepção de uma unidade política com o Papa Pio IX encabeçando-a e que entrava em colisão com as concepções de soberania nacional. É preciso fazer ressalvas: trata-se de uma leitura enviesada, realizada por um autor e por um periódico que possuíam como características a sátira e uma orientação governista. Entretanto, as noções assinaladas não destoavam do pensamento católico ultramontano do final do século XIX. Afinal, *O Apóstolo* constantemente ressaltava a necessidade da centralização do catolicismo na figura do Papa. A infalibilidade papal é uma faceta dessa visão de mundo e de sociedade e urge mencionar que os católicos enfrentavam uma conjuntura internacional adversa. Pois,

a luta ultramontana estava marcada por uma dupla tensão, interna e externa: esbarrava com outras propostas de orientação doutrinária dentro da própria Igreja Católica e com correntes liberais, positivistas, protestantes, maçônicas, entre outras, que circulavam a época. Permaneceu, porém, uma das mais fortes (LIMEIRA, 2011, p. 11).

Não é proposta deste texto realizar um debate sobre a “liberdade”, mas impera analisar que o termo foi tratado por um autor católico, redator de um jornal doutrinário e um militante defensor do catolicismo e das posições papais. Nesse sentido, Secioso (1872), que contrapunha a *liberdade* ao *comunismo* foi alvo das “Badaladas” da *Semana Ilustrada*. Ainda sobre o caso *Zuavo da Liberdade*, o Dr. Semana afirma ter retirado citações literais de sua obra, o que será tratado brevemente aqui. Secioso teria afirmado

que “havia oito milhões de maçons no mundo, e cinco milhões de carbonários de revólver em punho” (DR SEMANA, 1872, n. 617, p. 4930). Emerge um aspecto supracitado, o conflito entre os ultramontanos e a maçonaria no contexto da Questão Religiosa e, em específico, o capítulo VII do *Zuavo da Liberdade*, parte dedicada à análise das sociedades secretas e dos carbonários.

Dentro da concepção ultramontana, a maçonaria e a revolução confundiam-se, corroíam o governo e conspiravam contra o catolicismo e a ordem social. É preciso atentar para algumas questões: Vieira (1980, p. 47) diz-nos que “a maçonaria brasileira dominante não era carbonária, bem como não o eram a francesa e a italiana”, majoritariamente vigorava o Rito Escocês³⁰, que estreitava a relação desses com a bíblia, entendida como “regra da vida”. Isto é, os carbonários, uma ala radical maçônica que, embora sem unicidade política, não era majoritária dentro desse amplo espectro. Foi uma questão conjuntural – a ascensão do ultramontanismo e da oposição desses aos maçons – que deslocou a maçonaria para a “causa comum com os liberais, republicanos, protestantes e espíritas, em face do que esses grupos consideravam ser um inimigo comum” (VIEIRA, 1980, p. 49).

A falta de coesão política, programática e ideológica permitiu que dentro de um amplo espectro, diante de determinadas condições históricas, grupos agissem de maneiras díspares, por exemplo, os carbonários agiram decisivamente na unificação italiana. A franco-maçonaria apoiou a Comuna de Paris de 1871 (SAMIS, 2011) e o General Abreu e Lima (1794-1869), autor de um livro intitulado *O Socialismo* (1855) e soldado de Bolívar (1783-1830), fazia parte do Rito Escocês. Aliás, a maçonaria republicana brasileira “estabeleceu um *modus-vivendi* com a maçonaria monárquica por amor a conservar a nação unida” (VIEIRA, 1980, p. 49). Portanto, a “ameaça maçônica” estava mais associada à tradição católica de condenação às sociedades secretas e à conjuntura histórica de rechaço à modernidade que a possibilidade de uma revolução iminente.

Outro importante periódico que tratou do referido livro foi *A República: propriedade do Club Republicano*. Fundado em 1870, foi a expressão programática do movimento republicano no Brasil. Martins (2012) ressalta que os ideais do jornal não angariaram grande apoio, porém, foi uma imprensa militante e constituiu-se uma ferramenta de grande importância para o avanço da luta republicana no país. Portanto,

³⁰ O Rito Escocês surgiu como uma saída conservadora para afastar as tendências radicais e republicanas do início do Império (VIEIRA, 1980).

trata-se de uma fonte que se colocava em oposição aos ultramontanos, pois propunha um Estado laico e a liberdade religiosa e fazia oposição direta à forma de governo no Brasil, ou seja, reivindicavam o fim da monarquia.

Em 4 de outubro de 1872, na seção *Bibliografia*, a folha republicana teceu uma interessante avaliação do livro de Secioso. Segundo os republicanos, houve a denúncia de que “se praticam por dia ‘dezenas de milhares de adultérios, incestos, estupros, violações, raptos,’” (A REPÚBLICA, 1872, n. 486, p. 3). De acordo com Ribas (2011, p. 98), “o pensamento ultramontano responsabilizava a própria sociedade pela perversão dos costumes”. Esse abandono dos valores religiosos implicava na barbárie e resultaria em um organismo social desprovido de valores. “Tudo isto é ruim e comunista” – ironizou o republicano – e “o que o sr. dr. Secioso deseja substituir a isto é o papismo: quer dizer um sistema em que os Estados do universo formem uma espécie de confederação sob a presidência temporal e espiritual do Santo Padre” (A REPÚBLICA, 1872, n. 486, p. 3). Adiante, há a afirmação de que Secioso desejaria um retorno ao Antigo Regime, à divisão entre clero, nobreza e o povo. É preciso levar em consideração o fato de que a ideia de República estava associada à modernidade e a imagem da Igreja Católica, ao passado, ao atraso. Isso mascara a ampla disputa por essa mesma modernidade, na qual os ultramontanos estavam inseridos, pois não havia condições de um retorno a um passado idealizado, mas, sim a questão: quais serão as bases do futuro que se avizinha? Para Secioso e os ultramontanos, esse porvir deveria estar baseado no catolicismo, o mais, seria incorrer ao comunismo.

O autor anônimo menciona que Secioso prestou ao *Syllabus* e à infalibilidade papal “expressões de verdadeiro entusiasmo” e diz-nos:

a conclusão do livro é que a humanidade deve escolher entre os dois caminhos que o zuavo lhe oferece e que tudo o que não for papista, como ele quer, há de ser forçosamente comunista ou homem do seu tempo, que é a mesma coisa (A REPÚBLICA, 1872, n. 486, p. 3).

Esse comentário soa interessante pois reforça e sintetiza questões presentes tanto nos documentos papais, de condenação às ideias modernas, quanto nos autores que estão na matriz do pensamento ultramontano. Além das ideias expostas no próprio periódico que, dentre as gazetas de seu tempo, foi aquela que mais referiu-se às correntes intelectuais do período e associou-as ao comunismo.

Em 20 de outubro de 1872, na seção *O Apóstolo* – a principal do periódico católico – é possível ler um texto de defesa e justificação da obra de Secioso. A matéria, que não era assinada, advertia que “vivemos no meio de agitações. A revolução começa

a se apossar da nossa sociedade” (O APÓSTOLO, 1872, n. 42, p. 1) e culpabilizava os governos pela ineficiência em combater tais agitações que perturbam o espírito da sociedade. A partir desse ponto de vista, a tessitura social só poderia manter-se íntegra caso estivesse livre de influências perniciosas. Havia ideias que a sociedade não poderia ser exposta, pois corria-se o risco de, “como meio de salvação”, elas acabarem inoculando-se em seu espírito (O APÓSTOLO, 1872, n. 42, p. 1). Abundavam, “nos governos,”³¹ a descrença, o afastamento dos valores religiosos, o deslocamento da religião das instâncias do Estado (SANTIROCCHI, 2015). Assim sendo, “o campo das oposições é tomado pela ideia nova, que destruindo o governo do dia, destrói também nossas instituições” (O APÓSTOLO, 1872, n. 42, p. 1). O texto alertava que havia forças políticas que se organizavam fora da legalidade, mas não especificou quem, ou quais grupos ou correntes estariam conspirando contra a ordem.

“No momento em que teorias tão subversivas se espalham por nossa sociedade, atacando-as em seus fundamentos, e envenenando-a em suas fontes de vida, entendemos que os bons brasileiros não devem ficar indiferentes”. Por essas razões é que se justificou a obra de Secioso para *O Apóstolo*, pois, “quando a única leitura que se dá ao nosso povo, são os artigos de má doutrina”, “é sempre bem-vinda uma obra de boa doutrina, como é, – *O Zuavo da Liberdade*”. Esse livro, segundo a folha ultramontana, é “um belo tratado que denominamos, por suas proporções, de – História da civilização do homem sobre a Terra”, nele, “estuda a luta do bem e do mal através dos séculos” (O APÓSTOLO, 1872, n. 42, p. 1).

“Aos que seguem o bem sobre a terra, submetendo a sua razão à nossa santa fé, chama de *papistas*; porque o Papa como Vigário de Cristo, é a nossa santa fé” (O APÓSTOLO, 1872, n. 42, p. 1). Isto é, nesta cisão que há sobre a Terra, colocando a humanidade diante de dois caminhos distintos, o do bem e o do mal, o bem estaria no catolicismo e na figura papal. “Aos que usam mal da liberdade, crendo superior a tudo a razão humana e renegando de nossa santa fé, nomeia de comunistas” (O APÓSTOLO, 1872, n. 42, p. 1). Essa frase reforça a ideia de que todas as ideias modernas são subversivas, que não havia, na essência, para os ultramontanos, uma distinção clara entre o racionalismo, o liberalismo e o positivismo com o socialismo e o comunismo. A negação

³¹ Há uma clara tendência de opor-se ao governo de maneira indireta, sempre utilizando “os governos”, no plural. Isso pode ser explicado pelo fato de que os clérigos eram vinculados ao Estado e a Questão Religiosa ainda não havia eclodido, pois a prisão dos bispos ocorreu apenas em 1874.

da fé, por si só, configurava-se em comunismo, ou, ao menos, colocava a sociedade sem classes como o horizonte inexorável.

Considerações Finais

O estudo da imprensa do século XIX mostra-se frutífero e proporciona ao historiador um lugar privilegiado para análise, levando-se em consideração as questões metodológicas. E o contexto tumultuado do recorte temporal deste trabalho evidencia que as gazetas refletem os antagonismos de seu tempo. Dessa forma, percebe-se que as características da imprensa do final dos oitocentos mostram-se mais pronunciadas e, portanto, torna ainda mais necessário o entrecruzamento com a historiografia e o entendimento dos periódicos tanto como fonte, quanto objeto.

Nesse sentido, compreender as matrizes do pensamento ultramontano ajuda-nos a desnudar a orientação editorial de *O Apóstolo*. Além de evidenciar que tal corrente de pensamento se constituía em um movimento internacional, tanto do ponto de vista organizacional como doutrinário. As ideias e os livros circulavam em ambos os lados do Atlântico e isso possibilita compreender que o periódico não era uma exceção, mas sim um elemento característico da conjuntura histórica dos anos 1870. Outrossim, é preciso enfatizar, os ultramontanos brasileiros possuíam suas especificidades, como suas críticas a Lammennais e o amplo espaço cedido aos escritos de Gaume. Isso demonstra que não havia uma apropriação acrítica dos escritos conservadores de seu tempo, muito menos uma repetição mecânica de suas proposições.

São as especificidades que explicam as escolhas editoriais, como a publicação de livros de um determinado autor nas folhas do jornal, enquanto outros o são separadamente, em formato de livro. Isso possibilita levantar hipóteses a partir do conhecimento do caráter doutrinário da gazeta e de seu público-alvo e a necessidade de difundir seus posicionamentos e orientar seus fiéis. Se de Bonald e Maistre constituem-se em referências intelectuais para o periódico católico (SILVA; CARVALHO, 2018), Gaume, ao lado de Pio IX, possivelmente é um dos autores que melhor traduz para a linguagem da imprensa de *O Apóstolo*, suas posições.

Ademais, são as apropriações desses intelectuais católicos das correntes de pensamento conservadoras e ultramontanas que se traduzem na obra de Secioso. Sua reverberação na imprensa do período reflete o impacto dessas ideias, a intransigência dos

católicos em sua luta contra a modernidade e a encarniçada disputa social de um período que marca o declínio do Brasil imperial.

FROM PIO IX TO ANTONIO SECIOSO MOREIRA DE SÁ: THE ZUAVO DA LIBERDADE'S CASE (1872-1873)

Abstract: This paper proposes to address the matrices of ultramontane Catholic thought, that is, the current most lined to papal positions. From this, aspire to problematize the authors of greater influence on the *O Apostolo* journal, to understand the content of its editorial orientation in a context of crisis of the Catholic Church. Furthermore, aims to analyze the repercussion of the book *Zuavo da Liberdade* (1872) by Antonio Secioso Moreira de Sá (1833-1910) in the press of the period. From that, it is possible to identify the broad dispute in which the various groups were involved in the final decades of the Brazilian Empire. As well as the conservative Catholic reaction to the doctrines of the 19th century, heirs of the French Revolution of 1789.

Keywords: Brazil Empire. Catholic Church. Ultramontanism.

DESDE PIO IX HASTA ANTONIO SECIOSO MOREIRA DE SÁ: EL CASO DEL ZUAVO DA LIBERDADE (1872-1873)

Resumen: Este trabajo se propone abordar las matrices del pensamiento católico ultramontano, esto es, la corriente más afinada con las posiciones papales. Así pues, problematizar los autores de más grande influencia sobre el periódico *O Apóstolo*, para comprender el contenido de su orientación editorial en el contexto de crisis de la Iglesia Católica. Además, anhela analizar la repercusión de la obra *Zuavo da Liberdade* (1872) de Antonio Secioso Moreira de Sá (1833-1910) en los medios del período. De ahí que es posible identificar la disputa en que estuvieran envueltos los diferentes grupos en las décadas finales del Império brasileiro. Asimismo la reacción conservadora católica a las ideas del siglo XIX, herederas de la Revolución Francesa del año 1789.

Palabras clave: Brazil Império. Iglesia Católica. Ultramontanismo.

Referências

Fontes

A. P. Civilização Católica: Estudos Históricos. *O Apóstolo*, Rio de Janeiro, n. 37, 4 set. 1870. Comunicados.

A REPÚBLICA. *O Zuavo da Liberdade*. *A República*, Rio de Janeiro, n. 486, 4 out. 1872, p. 3. Bibliografia.

DR SEMANA. *Semana Ilustrada*, Rio de Janeiro, n. 617, 6 out. 1872, p. 4930. Badaladas.

COSTA JUNIOR, Raphael da; SANTOS, Luiz Alves dos. Assembleia Provincial do Rio de Janeiro. *O Apóstolo*, Rio de Janeiro, n. 42, 15 out. 1871, p. 336. Noticiário.

O APÓSTOLO. O Apóstolo. **O Apóstolo**, Rio de Janeiro, n. 26, 25 jun. 1871, p. 202. O Apóstolo.

O APÓSTOLO. O Apóstolo. **O Apóstolo**, Rio de Janeiro, n. 42, 20 out. 1872, p. 1. O Apóstolo.

O APÓSTOLO. Catecismo do Syllabus por Monsenhor Gaume. **O Apóstolo**, Rio de Janeiro, n. 131, 22 nov. 1876. Seção Religiosa.

O APÓSTOLO. Seminário de Mariana: 25º ano do pontificado de Pio IX. **O Apóstolo**, Rio de Janeiro, n. 27, 2 jul. 1871, p. 213. Comunicados.

O APÓSTOLO. Noticiário. **O Apóstolo**, Rio de Janeiro, n. 44, 31 out. 1869, p. 352. Noticiário.

O APÓSTOLO. Noticiário. **O Apóstolo**, Rio de Janeiro, n. 11, 13 mar. 1870, p. 88. Noticiário.

O APÓSTOLO. Nova Publicação: O Zuavo da Liberdade pelo Dr. A. Secioso. **O Apóstolo**, Rio de Janeiro, n. 39, 29 set. 1872, p. 4. Anúncios.

SECIOSO, Antonio Moreira de Sá. Missão na cidade de Campos. **O Apóstolo**. Rio de Janeiro, n. 47, 22 nov. 1868, p. 372. Comunicados.

Bibliografia

ALONSO, Ângela. Crítica e Contestação: o movimento reformista da geração 1870. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 15, n. 44, out. 2000. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010269092000000300002. Acesso em: 9 maio 2021.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

COGGIOLA, Osvaldo. 130 Anos da Comuna de Paris: a Comuna de Paris na História. **Tempos Gerais**, São João Del-Rei, ed. 3, p. 79-111, 12 nov. 2020. Disponível em: <https://www.ufsj.edu.br/paginas/temposgeraisantigo/n4/artigos/comuna.html>. Acesso em: 12 nov. 2020.

DA SILVA, A. R. C.; CARVALHO, T. DA R. A Cruzada ultramontana contra os erros da modernidade. **Revista Brasileira de História das Religiões**, v. 12, n. 35, 19 dez. 2018. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/RbhrAnpuh/article/view/45883/751375148315>. Acesso em: 13/06/2022.

DARNTON, Robert. **O beijo de Lamourette**. São Paulo: Companhia das letras, 1995.

DOLHNIKOFF, Miriam. **História do Brasil Império**. São Paulo: Contexto, 2017.

GAUME, Jean-Joseph. **Catecismo del Syllabus**. F. Ferro. Bogotá: 1878.

GILENO, C.; MEDEIROS, R. D. de. Do império à república: a influência do ultramontanismo de Joseph de Maistre no pensamento conservador católico brasileiro. **Estudos de Sociologia**, [S. l.], v. 26, n. 51, 2021. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/estudos/article/view/15182>. Acesso em: 12 jul. 2022.

KLAUCK, Samuel. A imprensa como instrumento de defesa da Igreja Católica e de reordenamento dos católicos no século XIX. **Mneme: Revista de Humanidades**, Caicó, v. 11, n. 29, p. 132-148, jan./jul. 2011.

KOSELLECK, Reinhart. **Estratos do Tempo**: Estudos sobre História. Rio de Janeiro: Contraponto, 2014.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado**: Contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

LAPUENTE, Rafael Saraiva. O jornal impresso como fonte de pesquisa: delineamentos metodológicos. In: Encontro Nacional de História da Mídia, 10., 3 a 5 jun. 2015, Porto Alegre. **Anais eletrônicos...** Porto Alegre: ALCAR, 2015, s.p. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/encontros-nacionais/10o-encontro2015/gt-historia-da-midia-impressa/o-jornal-impresso-como-fonte-de-pesquisadelineamentos-metodologicos/view>. Acesso em: 9 mai. 2021

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990.

LIMEIRA, Aline de Moraes. Jornal O Apóstolo (1866 – 1893): ações católicas na imprensa e na educação. **Biblioteca Nacional**. Rio de Janeiro, novembro 2011. Disponível em: <https://www.bn.gov.br/producao/documentos/jornal-apostolo-1866-1893-acoescatolicasimprensa-educacao>. Acesso em: 15 nov. 2020.

LISSAGARAY, Prosper-Olivier. **História da Comuna de 1871**. 2. ed. São Paulo: Ensaio, 1991.

LOPES, Aristeu Machado. A República da Espanha e os republicanos na imprensa ilustrada. Rio de Janeiro, 1873. **Antíteses**, Londrina, v. 10, n. 9, p. 13-40, 2017. Disponível em: <https://www.uel.br/revistas/uel/index.php/antiteses/article/view/27825>. Acesso em: 12 jul. 2022.

LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes Históricas**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2008. cap. 5, p. 111- 155.

MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania R. de (org.). **História da Imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012.

MARX, Karl. **A Guerra Civil na França**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2011.

MELLO, Maria Tereza Chaves de. A modernidade republicana. **Tempo**, [s.l.], v. 13, n. 26, p. 15-31, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tem/a/Cgs8nPJ3rJxMsWrBbLdPPDS/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 15 nov. 2020.

MOLLIER, Jean Yves. Os usos dos impressos na América Latina e na Europa: circulações e transferências culturais. In: SCHAPOCHNIK, Nelson; VENANCIO, Giselle (org.). **Escrita, edição e leitura na América Latina**. Niterói: PPGHistória-UFF, 2016.

MORAES, João Quartim de; REIS FILHO, Daniel Aarão. **História do Marxismo no Brasil: O Impacto das Revoluções**. 1 v. 2. ed. rev. São Paulo: UNICAMP, 2003.

MOTTA, R. P. S. Paradoxos do pensamento contrarrevolucionário: Joseph de Maistre. **Locus: Revista de História**, [S. l.], v. 7, n. 2, 2001. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/locus/article/view/20547>. Acesso em: 12 jul. 2022.

PASQUINO, Gianfranco. Modernização. In.: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. 11. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, v. 1, p. 768-776.

PEREIRA, R. R. O Rio de Janeiro de 1860 pela revista *Semana Ilustrada*: o progresso, os espaços públicos e os trabalhadores. **URBANA: Revista Eletrônica do Centro Interdisciplinar de Estudos sobre a Cidade**, Campinas, SP, v. 6, n. 2, p. 236-260, 2016. DOI: 10.20396/urbana.v6i2.8642623. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/urbana/article/view/8642623>. Acesso em: 12 jul. 2022.

PINHEIRO, Alceste. O Apóstolo, ano I: a autocompreensão de um jornal católico do século XIX. **XIV Congresso da Intercom**. Rio de Janeiro, p. 1-12, 2009.

RAMIRO JUNIOR, L. C. O conceito de civilização e o discurso ultramontano no Brasil. **Ariadna Histórica: Lenguajes, conceptos, metáforas**. n. 5, p. 69-107. 2016. Disponível em: <https://ojs.ehu.eus/index.php/Ariadna/article/view/16034>. Acesso em: 13 jun. 2022.

RIBAS, Ana Claudia. A boa imprensa, a política e a família: os discursos normatizantes no jornal *O Apóstolo* (1929-1959). **Revista Espaço Plural: Mal. Cândido Rondon**, ano XII, v. 12, n. 24, p. 96-106, 1º semestre 2011. Disponível em: <http://erevista.unioeste.br/index.php/espacoplural/article/view/7240>. Acesso em: 15 nov. 2020.

SAES, de Laurent. Joseph de Maistre e suas considerações sobre a França revolucionária. **Revista Territórios e Fronteiras**, v.1, n.1, jan./jun., 2008. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/territoriosefronteiras/index.php/v03n02/article/view/1>. Acesso em: 12 jul. 2022.

SAMIS, Alexandre. **Negras Tormentas: O federalismo e o internacionalismo na Comuna de Paris**. São Paulo: Hedra, 2011.

SANTIROCCHI, Ítalo D. Afastemos o Padre da Política! A despolitização do clero brasileiro durante o Segundo Império. **Mneme: Revista de Humanidades**, [S. l.], v. 12, n. 29, 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/mneme/article/view/1015>. Acesso em: 12 jul. 2022.

SANTIROCCHI, Ítalo D. **Questão de Consciência**: os ultramontanos no Brasil e o regalismo do Segundo Reinado (1840-1889). Fino Traço: Belo Horizonte, 2015.

SANTIROCCHI, Ítalo Domingos. Uma questão de revisão de conceitos: Romanização – Ultramontanismo – Reforma. **Temporalidades**, Belo Horizonte, UFMG, v.2, p. 24 - 33, 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/temporalidades/article/view/5387>. Acesso em: 17 jul. 2022.

SANTOS, Gustavo Faustino dos. Os Substitutos: a participação negra na Guerra do Paraguai. **Encontros**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 30, p. 17-31, 2018. Disponível em: <https://www.cp2.g12.br/ojs/index.php/encontros/article/view/2012/1385>. Acesso em: 12 jul. 2022.

SARLIN, Simón. Mercenaries or soldiers of the faith? The Pontifical Zouaves in the defense of the Roman Church (1860-1870). **Millars: Spain i historia**, 2017, vol. 43, no 2, p. 189-218. Disponível em: <http://repositori.uji.es/xmlui/handle/10234/172092>. Acesso em: 12 jul. 2022.

SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. In.: SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. **Dicionário de Conceitos Históricos**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2009. p. 297-301.

VIEIRA, David Gueiros. **O protestantismo, a maçonaria e a questão religiosa no Brasil**. Editora Universidade de Brasília: Brasília, 1980.

ZICMAN, Renée Barata. História Através da Imprensa: algumas considerações metodológicas. **História e Historiografia**, São Paulo, v. 4, p. 89-102, jan./dez. 1985. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12410/8995>. Acesso em: 12 jul. 2022.

SOBRE O AUTOR

João Vitor de Armas Teixeira é mestrando em História pela Universidade Federal de Pelotas (UFPEL).

Recebido em 29/07/2022

Aceito em 14/03/2023